

O PIONEIRISMO DO CEARÁ EM PROGRAMAS DE INDUSTRIALIZAÇÃO

*Francisco de Assis Soares**
*Euripedys Ewbank Rocha***

Resumo: A política de industrialização do Nordeste se, numa visão macronacional, corrigiu parcialmente os desníveis regionais, numa visão microrregional estimulou a concentração industrial, sob o ponto de vista espacial, nas regiões metropolitanas dos estados nordestinos. Por isso, cada Estado criou subsídios especiais e/ou implementou políticas compensatórias no sentido de alcançar uma melhor distribuição da indústria no espaço produtivo do Estado. Nesse aspecto, o Ceará foi pioneiro na implementação de uma política de industrialização voltada para o interior através do Projeto Asimow e do Programa Universitário de Desenvolvimento Industrial do Nordeste (PUDINE). É essa experiência, de industrialização planejada, que será objeto de análise neste artigo.

1. INTRODUÇÃO

A história recente da política de industrialização no Nordeste foi influenciada pelo centralismo econômico que sempre norteou o País nos últimos 25 anos. A estrutura fortemente concentrada, sob o ponto de vista espacial, foi uma das tônicas da instalação de firmas patrocinadas pelos artigos 34/18 e o seu sucessor, o FINOR. Esta concentração espacial favoreceu sobremaneira as cidades de Salvador, Recife e Fortaleza. A primeira foi contemplada com instalações de grandes firmas produtoras de insumos para as indústrias instaladas no Centro-Sul; para Recife ficaram os grandes projetos dinamizadores dos ramos tradicionais, como têxteis, alimentos etc., e para Fortaleza os projetos de médio porte, também

* Professor do CAEN — Curso de Mestrado em Economia/Departamento de Teoria Econômica UFC.

** Pesquisador do CAEN/UFC.

majoritariamente vinculados aos ramos tradicionais. Estas especializações foram motivadas, respectivamente pela proximidade de Salvador com o Centro-Sul; a influência primordial de Recife sobre a região oriental do Nordeste e a de Fortaleza sobre a região ocidental nordestina.

Este artigo pretende discutir o que foi feito no Estado do Ceará para minimizar a tendência à concentração espacial da indústria na década de sessenta. Inicialmente, mostra-se um panorama da formação industrial no Estado até 1960, um amplo período em que se pode chamar a industrialização ocorrida de espontânea, desde que a intervenção estatal praticamente não influenciou para o seu perfil; prosseguindo, o artigo faz uma análise das limitações do BNB e da SUDENE no sentido de construir uma estrutura descentralizada para a indústria cearense; esta análise desdobra-se na investigação da CODEC (Companhia de Desenvolvimento do Ceará), uma agência exclusivamente voltada para estimular a industrialização no Estado, que também não logrou o objetivo da descentralização espacial. Por último, faz-se uma discussão dos Projetos Asimow e PUDINE que buscaram contrabalançar os efeitos da concentração espacial, ambos administrados pela Universidade Federal do Ceará, atuando respectivamente nas regiões do Cariri e de Sobral.

2. A INDUSTRIALIZAÇÃO ESPONTÂNEA

A economia cearense teve suas bases assentadas nos séculos XVII e XVIII através da pecuária praticada de modo extensivo. Este tipo de atividade, ao dispersar espacialmente homens e animais, era uma barreira natural a praticamente qualquer tentativa de implementação industrial, mesmo incipiente.

Contrariamente à cultura da cana-de-açúcar, concentradora de grandes contingentes humanos e da propriedade de capital, características estimulantes para pequenas incursões no terreno das manufaturas (por exemplo: fabricação de tecidos para uso dos escravos), o perfil da atividade pecuarista assinalava, pelo menos nos seus primórdios, uma fragmentação de capital (essencialmente o próprio gado) e trabalhadores que desconheciam o valor da moeda e sabiam prover o seu sustento (inclusive vestuário) através do que o gado podia oferecer.

Entretanto, o crescimento do rebanho bovino no Ceará e a expansão das áreas urbanas com dificuldades de abastecimento alimentar ofereceram uma possibilidade de industrialização através da atividade de conservação

de carnes. A carne conservada encontrava mercados receptivos, tanto na economia açucareira como na economia extrativa de metais preciosos, ambas por suas próprias naturezas incapazes de prover a subsistência das pessoas nelas envolvidas.

Além de propiciar o primeiro marco de industrialização no Ceará, esta demanda fora do Estado foi também crucial para a dinamização do litoral cearense, que inicialmente, via Aracati e Fortaleza, escoava a produção para os locais de consumo. Infelizmente, tão promissora atividade encerrou-se com o advento da seca de 1793-99, que fez os empreendedores da indústria migrarem para o Rio Grande do Sul e lá reestruturarem suas atividades, não mais retornando para o Ceará.

O próximo momento importante referente à industrialização cearense ocorreu com o beneficiamento do algodão. Atividade propícia quanto ao clima e próspera quanto à rentabilidade, a cultura do algodão no Ceará começou em princípios do século XIX e sedimentou-se, aparelhando a cidade de Fortaleza — principal porto de exportação do produto — de toda a infra-estrutura comercial necessária para o bom andamento dos empreendimentos.

A partir de 1870 os preços do algodão começam a cair velozmente e os exportadores são praticamente forçados a buscar alternativas de aproveitamento do algodão que lhes permitissem permanecer no negócio. Estes exportadores eram, de modo geral, comerciantes estrangeiros que adquiriam as safras e funcionavam na prática como administradores da oferta. No momento em que se evidencia a queda da rentabilidade, eles tinham liberdade para reorientarem a oferta para o mercado externo, desde que encontrassem outras formas de uso para o algodão. A solução veio na idéia de industrializar o algodão a nível local. Os exportadores passaram então a funcionar como banqueiros para aqueles negociantes que se dispusessem a abrir fábricas beneficiadoras de algodão. No médio prazo, tal estratégia revelou-se bastante funcional, vez que, entre 1880 e 1930, 15 fábricas são instaladas, sendo 13 em Fortaleza, uma em Sobral e uma em Aracati.

Para o horizonte temporal que delimita a aqui chamada industrialização espontânea, o beneficiamento do algodão passa a perder fôlego a partir de 1930 e, por suas próprias forças, não mais se recupera até 1960, definindo um quadro de estagnação e de uso de material obsoleto. Isto porque, o processo de substituição de importações, levado a cabo

na economia brasileira, ao carrear os excedentes gerados na economia cafeeira para a capitalização das indústrias do Centro-Sul, particularmente da indústria têxtil, dotou esta última de uma capacitação tecnológica impossível de ser alcançada pelas firmas concorrentes sediadas no Ceará. Cumulativa a esta desvantagem tinha-se um mercado bem maior e mais diversificado nas proximidades da região cafeeira.

Estas circunstâncias definiram, a partir de 1930, um quadro de divisão de mercados por segmentos de qualidade, ficando as firmas sediadas no Centro-Sul detentoras do mercado nacional para tecidos de boa qualidade e as firmas sediadas no Nordeste trabalhando com tecidos de qualidade inferior. Sendo o setor de tecidos de boa qualidade mais maleável e apto a diferenciações de produto, os movimentos de captura e ampliação de mercados confinam-se nas firmas sediadas no Centro-Sul.

3. A ATUAÇÃO DA SUDENE E BNB NA INDÚSTRIA CEARENSE NA DÉCADA DE SESENTA

Desde que a vigorosa atuação do Governo Kubitschek, a nível nacional, não tinha o alcance desejado na economia cearense, ponderável importância deve ser creditada às agências de desenvolvimento regionais no sentido de examinarem-se as suas capacidades de revigorarem o perfil industrial cearense no final da década de cinquenta, como visto, bastante debilitado.

O BNB, embora fundado em 1954, levou algum tempo para estabilizar-se como banco de segunda linha e, para efeito da análise corrente, aglutinou-se a sua atuação à da SUDENE, fundada em 1959.

As duas agências de desenvolvimento tinham como traços comuns suas magnitudes e suas linhas de ação estritamente técnicas. O porte era fruto das demandas das classes políticas e empresariais que reivindicavam grandes instituições para o enfrentamento de grandes problemas e a prioridade aos critérios técnicos era uma necessidade administrativa no sentido de assegurar a conquista da autonomia das duas agências perante as classes políticas.

Embora louváveis e indispensáveis, os traços mencionados eram perversos para a economia cearense, se não do modo absoluto, pelo menos no aspecto relativo às economias de Pernambuco e da Bahia. Isto porque, ao se instalarem em bases magnânimas, a ótica das agências tendia a ver

grandes soluções, e os lugares mais adequados para a realização destas grandes soluções eram os Estados da Bahia e de Pernambuco, com maiores tradições industriais e dotações infra-estruturais. A preponderância dos critérios técnicos fechava, *a priori*, as portas para o fisiologismo e também as mantinha fechadas para a necessária compreensão de uma economia com características sumamente particulares, como era a economia cearense da década de sessenta.

O resultado prático da intervenção conjunta do BNB e da SUDENE foi uma intensa vitalização da economia nordestina como um todo, principalmente depois do advento dos artigos 34/18. Contudo, para o Ceará, esta vitalização adquiriu contornos retardatários ou de perda relativa de posição, visto que os projetos mais significativos, tanto sobre o aspecto do capital aplicado quanto sobre o aspecto do potencial de efeitos para frente e para trás, ficaram sediados na Bahia e em Pernambuco.

Além deste privilégio para a Bahia e Pernambuco, ainda havia o problema das similaridades entre as indústrias pernambucana e cearense, no que tange às naturezas de suas atividades. Com formações básicas distintas, a pernambucana apoiada na cultura de cana-de-açúcar e a cearense na cultura do algodão, as economias dos dois Estados passaram a apresentar alguns pontos de convergência no aspecto industrial.

De fato, após a introdução do algodão na economia cearense e seu beneficiamento posterior, em virtude da queda no seu preço de exportação, a industrialização do Ceará trilhou caminhos conhecidos da economia pernambucana num período anterior, quando a implantação de uma indústria têxtil foi praticamente forçada pelas necessidades de vestuário da mão-de-obra escrava. Outra semelhança decisiva foi a analogia entre o escoamento da produção canavieira, via Recife, e da produção algodoeira, via Fortaleza. As necessidades administrativas decorrentes da atividade de exportação tiveram efeitos similares em ambas as cidades: o incremento da demanda por trabalho burocrático. Estes contingentes de trabalhadores urbanos possibilitaram as implementações da indústria de alimentos no Ceará e Pernambuco. Dentro destes padrões similares, o contraste crucial era o caráter pioneiro das duas indústrias — têxtil e de alimentos — em Pernambuco.

Esta qualidade precursora de Pernambuco foi fundamental na ocasião do aproveitamento dos recursos dos artigos 34/18. E tanto a indústria têxtil quanto a indústria de alimentos apresentavam maior porte em Pernambuco. Desde que a lógica da aplicação dos recursos no Nordeste

em geral foi conservadora, seguindo a linha da substituição de importações, Pernambuco, tendo uma maior base de indústrias tradicionais, revelou-se em condições excepcionais para abarcar para si os projetos dedicados a estes segmentos.

Portanto, a forma de atuação conjunta da SUDENE e do BNB, embora positiva em termos absolutos, encontrou a indústria cearense despreparada para fazer um uso mais intenso dos incentivos postos à disposição do Nordeste e provocar perda de posição relativa para as indústrias baiana e pernambucana.

4. A ATUAÇÃO DA CODEC E A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA INDÚSTRIA CEARENSE

Desprotegida perante a proximidade da Bahia com o Centro-Sul e da maior tradição e robustez da indústria de Pernambuco, a economia do Ceará tenderia a seguir a rota de uma crescente perda de importância relativa no cenário regional, estimulada de maneira assimétrica pelos incentivos dos artigos 34/18.

Para se opor a esta rota perversa foi criada pelo governo estadual, em novembro de 1962, a CODEC—Companhia de Desenvolvimento do Ceará, com o fim exclusivo de acelerar o processo de captação de projetos industriais para o Estado.

A CODEC revelou-se um exemplo interessante de agência estadual de desenvolvimento industrial, no tocante ao aspecto de trabalho integrado com as demais instituições estaduais e regionais voltadas diretamente ou indiretamente para questões relativas ao desenvolvimento.

No nível estadual, a CODEC integrou-se plenamente ao I PLAMEG—Plano de Metas do Governo Virgílio Távora, no período 1963-66. Nos principais aspectos infra-estruturais, abordados como críticos e merecedores das prioridades do I PLAMEG, nota-se uma harmonia com os requisitos fundamentais visando a atrair projetos industriais para o Ceará. Neste sentido, pode-se dizer que, embora mais abrangente e grandioso, o I PLAMEG funcionou como instrumento de apoio por excelência para as investidas da CODEC no sentido de reverter o quadro pouco dinâmico da indústria cearense. Exemplo bem-sucedido foi a solução do problema de abastecimento de água, essencial para o estabelecimento de qualquer indústria.

A nível regional, foram várias as ligações da CODEC com outras instituições. Em colaboração com o governo estadual ela beneficiou-se dos serviços da CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco), que instalou uma distribuidora de energia da usina de Paulo Afonso para a região do Cariri. Esta expansão da CHESF teve papel riquíssimo na história da industrialização do interior do Estado, como será visto na Seção 5 deste trabalho. Ainda a nível regional, a CODEC atuou em conjunto com o BNB e a SUDENE. Evidentemente, apesar das limitações enumeradas para estas duas agências no âmbito da aceleração da taxa de crescimento do parque industrial cearense, não fazia o menor sentido uma agência estadual de desenvolvimento industrial opor-se frontalmente às executoras da política nacional para minorar as desigualdades regionais. Assim, procurando contar com o apoio declarado do BNB e da SUDENE, a CODEC atuou como intermediária entre os empresários locais mais propensos a investir no Estado e aquelas agências regionais.

Comparando com certa liberdade, a CODEC desempenhava um papel próximo ao de um Departamento da SUDENE, onde todos os técnicos ali lotados só dedicassem atenção às possibilidades de industrialização do Ceará. Este tipo de atuação servia como uma lente de ampliação para tornar visíveis as inúmeras oportunidades de investimento industrial existentes no Ceará, que ficavam desfocadas, dada a aptidão do BNB e da SUDENE para enxergar somente as grandes soluções.

Reforçando ainda esta exclusividade da atenção, a CODEC providenciou uma série de incentivos adicionais para motivar mais intensamente os potenciais investidores. O conjunto destes incentivos incluía isenção de impostos, durante cinco anos, para instalações de firmas no Estado; isenção de impostos, durante dez anos, para as implantações de firmas localizadas em Fortaleza; adiantamento dos financiamentos concedidos pela SUDENE (que, embora aprovados, usualmente apresentavam demora na liberação); e participação acionária na empresa, chegando em casos especiais a permitir que o investidor participasse com apenas 6,25% do previsto para o investimento total.

Com esta atuação agressiva, a CODEC conseguiu reverter o quadro passivo em que a indústria cearense havia se inserido no princípio da década de sessenta. Como reflexo do seu desempenho, no ano de 1969 a SUDENE havia liberado para o Estado do Ceará cerca de 100 aprovações de projetos industriais, dos quais aproximadamente a metade através de apoio da CODEC. Quando é lembrado que em questões referentes à

implantação de firmas não prevalece o raciocínio meramente aritmético, a influência da CODEC neste resultado global pode ter sido ainda maior, caso haja substância na hipótese de que alguns projetos independentes da CODEC só foram submetidos à apreciação da SUDENE porque as condições do parque industrial planejado, a nível estadual, tornaram propícias as condições de investimento.

O “calcanhar de Aquiles” da CODEC foi justamente o tópico da localização industrial. Envolvida integralmente na árdua tarefa de criar condições infra-estruturais para atrair investimentos para o Ceará, a CODEC optou pelo caminho de reforçar o ponto mais forte da estrutura espacial do Estado: a Região Metropolitana de Fortaleza. Deste modo, assim como a atuação conjunta da SUDENE e do BNB foi benéfica para o Ceará, em termos absolutos, e ruim, em termos de participação relativa, a atuação da CODEC beneficiou algumas cidades do interior do Estado, como será visto nas seções 5.1 e 5.2 deste trabalho, mas em termos relativos fez com que o interior perdesse espaço na participação industrial no Estado.

5. A EXPERIÊNCIA DE INTERIORIZAÇÃO DA INDÚSTRIA CEARENSE

5.1. O PROJETO ASIMOW

Foi visto até o momento que as tentativas de planejamento regional e estadual foram eficientes no sentido de estimular a taxa de crescimento do setor secundário no Ceará e ineficientes em relação à desconcentração deste setor, sob o ponto de vista da localização.

Desde que praticamente todas as informações convergem para a evidência da concentração espacial, existe uma tendência para concluir-se pela ausência de esforços para que se tivesse tentado alterar este quadro. Contudo, eles existiram e de forma bastante eficaz. Nesta seção analisa-se o Projeto Asimow e na próxima o seu sucedâneo, o PUDINE, responsáveis, em grande parte, pelo desenvolvimento industrial do interior cearense.

O Projeto Asimow existia originalmente como uma idéia do professor Morris Asimow no sentido de buscar a industrialização planejada das regiões menos favorecidas, situadas no interior de países em desenvolvimento. O professor Asimow pertencia aos quadros do Departamento

de Engenharia da Universidade da Califórnia (UCLA) e no princípio da década de sessenta desenvolvia, com sua equipe — um conjunto de professores e alunos pós-graduados de diversos departamentos da UCLA — um trabalho no Irã.

Um dos diretores da Organização de Estados Americanos, o cearense João Gonçalves de Souza toma conhecimento destas atividades do professor Asimow e começa a realizar um esforço de intermediação entre a UCLA e a Universidade Federal do Ceará (UFC), para trazer o modelo de planejamento para o Estado do Ceará.

Foram elementos-chave na concretização deste convênio entre a UCLA e a UFC o Dr. Rubens Vaz da Costa, na época funcionário do BIRD (Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento) e o Reitor da UFC, Dr. Antônio Martins Filho. A dificuldade essencial do acerto deste convênio era o financiamento das despesas do Projeto Asimow, pagas em dólares, virtualmente impossíveis de serem patrocinadas pela UFC. Contudo, mediante a intervenção conjunta de João Gonçalves de Souza, Rubens Costa e Martins Filho, conseguiu-se o apoio da Fundação Ford e da USAID, suficientes para a cobertura dos gastos, em dólares, do referido projeto.

Resolvido o aspecto administrativo, em junho de 1962, com a chegada a Fortaleza de uma equipe de professores e pós-graduados da UCLA dava-se início às atividades do Projeto no Ceará. Para escolher a área de atuação do Projeto no interior do Estado, foi feita a sugestão preliminar da região do Cariri. De fato, como segundo centro econômico do Estado, a região do Cariri apresentava um conjunto de vantagens expressivas, tais como:

a) Sólida tradição agrícola e comercial

No setor primário, o clima e qualidade do solo asseguravam a existência de diversas culturas; no setor terciário, a região do Cariri, basicamente eqüidistante de cidades expressivas, funcionava como ponto de entroncamento, com todas as vantagens que esta posição geográfica oferece do ponto de vista comercial;

b) Centro Cultural regional

A região, especialmente, a cidade do Crato, era um reconhecido centro educacional e cultural, qualidade essencial na hora de recrutamento da mão-de-obra qualificada, bem como para a formação de apoio da comunidade, item básico (como será visto adiante) para o sucesso do Projeto Asimow;

c) Acesso à energia de Paulo Afonso

Esta qualidade, através da atuação da CELCA — subsidiária da CHESF, era exclusiva para todo o Estado do Ceará. Durante mais de dois anos a região do Cariri foi a única a contar com energia de fonte hidroelétrica. Esta característica precursora, em face da proximidade relativa da usina de Paulo Afonso, certamente teve importante papel na apreciação dos técnicos da UCLA e da UFC quanto à ratificação da sugestão preliminar.

Realizada a visita de investigação das dotações da região do Cariri, sacramenta-se a sugestão preliminar.

A equipe do Projeto Asimow, acrescida de técnicos do BNB (cedidos em tempo integral para colaborar com o Projeto) deslocou-se para a região do Cariri e lá começou a investigar as oportunidades industriais mais adequadas para as vocações da região. O detalhamento desta escolha das oportunidades industriais resultou na sugestão dos seguintes empreendimentos:

- a) fábrica de telhas e tijolos;
- b) fábrica de cimento;
- c) fábrica de doces;
- d) beneficiamento do milho;
- e) confecção de sapatos;
- f) montagem de rádios transistorizados.

Antes que se passe ao porquê destas indústrias, é oportuno explicitar qual era o perfil da firma, pensado e aplicado pelo Projeto Asimow. A firma-modelo do Projeto Asimow era uma sociedade anônima (preferencialmente com grau expressivo de fragmentação da propriedade do capital),

com planta e tecnologia escolhidas pelos técnicos e alunos da UCLA e administrada, após a sua implantação, por gerentes recrutados entre os acionistas e que tivessem prestado cursos de formação gerencial na UCLA.

Percebe-se uma ponderável utopia nesta firma-modelo, mais que isso, de uma abstração necessária para definir um objetivo. Na verdade, a caracterização da firma-modelo do Projeto Asimow era uma mera transposição da firma-modal conhecida nos Estados Unidos. Evidentemente havia um enorme distanciamento entre as pré-condições essenciais lá vigentes e aquelas encontradas no Nordeste, principalmente no interior, no princípio da década de sessenta. Assim, a firma modal norte-americana podia contar com um mercado de capitais organizado, uma tecnologia adequada às suas necessidades e uma oferta de mão-de-obra gerencial apta a resolver os problemas existentes. No Nordeste, em particular no interior do Ceará, todas estas pré-condições eram absolutamente inexistentes. Daí, o apego a esta firma-modelo resultou numa série de problemas que serão abordados adiante.

Voltando às sugestões de empreendimentos, os projetos referentes à fábrica de cimento e de sapatos não conseguiram de saída o *quorum* de acionistas suficientes para viabilizá-los. Aqui se faz necessária uma longa observação: o Projeto Asimow, embora com características bastante distintas das agências de planejamento regionais e da estadual, procurou associar-se a elas no sentido de acelerar o seu propósito específico de industrialização da região do Cariri. Assim, todos os benefícios dos incentivos dos artigos 34/18 e os proporcionados pela CODEC passaram a fazer parte do arsenal do projeto Asimow.

Portanto, fica evidenciada a inviabilização da firma-modelo do Projeto Asimow quando se percebe que projetos com bons potenciais, como os da fábrica de cimento e de sapatos, não conseguiram sequer arregimentar os 6,25% do investimento total — pré-requisito necessário para a sua apreciação pela SUDENE. A fábrica de sapatos ainda conseguiu funcionar como uma empresa limitada, mas o projeto da fábrica de cimento, indústria tradicionalmente conhecida por suas instalações de grande porte, não conseguiu sequer o capital necessário para a sua implantação. Contudo, por ser um projeto tão promissor, foi retomado em 1967 praticamente sem modificações substanciais, sendo aprovado pela SUDENE, constituindo-se, nos dias atuais uma das empresas com melhor desempenho no ramo dos minerais não-metálicos no Estado.

O projeto da fábrica de doces conseguiu reunir o grupo de acionistas, porém não foi feito encaminhamento do projeto à SUDENE. Mais uma vez a questão da falta de determinação da comunidade em participar dos acontecimentos, dado que este grupo não manteve a decisão inicial de participar do empreendimento. Esta falta de persistência pode ser creditada à insuficiente preparação (ministrada pela equipe do Projeto Asimow) da comunidade caririense para a realidade de um projeto industrial.

Os projetos das fábricas de rádios, tijolos e de beneficiamento do milho foram aprovados pela SUDENE e iniciaram suas produções em 1963.

Dando um panorama da grandeza, representada por estas três implantações de firmas, promovidas pelo Projeto Asimow, no período de sua atuação no Cariri, foi calculado que 75% do total de investimentos em implantações na região ocorreu em firmas patrocinadas pelo Projeto; os 25% restantes corresponderam à implantação de uma firma beneficiadora de mandioca em 1965, o que, pelo menos por atitude especulativa, deixa aberta a porta para a hipótese de uma virtual influência do projeto patrocinado pelo Projeto Asimow, orientado também para o mercado de alimentos industrializados; por último, o montante de implantação de firmas na região do Cariri durante a gestão do Projeto Asimow foi equivalente a 67% das implantações realizadas em Fortaleza para o mesmo período.

As três informações são relevantes: a implantação-correlata é um indicador potencial do efeito-demonstração do Projeto Asimow; a preponderância das implantações patrocinadas pelo Projeto no total das realizadas na região do Cariri e sua expressiva participação quando cotejadas com as efetivadas em Fortaleza dão as dimensões de que o Projeto Asimow não se tratou em absoluto de mais um diletantismo acadêmico.

Infelizmente, este primeiro impacto tão promissor não pôde ser sustentado durante muito tempo. As fábricas de alimentos e de rádios sucumbiram diante das pressões concorrenciais exercidas por firmas situadas fora do Cariri. Tanto rádios transistorizados quanto alimentos industrializados podiam ser encaixados, na década de sessenta, em indústrias do tipo competição imperfeita. Deste modo, contando com produtos diferenciados e com a queda da principal barreira à entrada representada pela distância entre o local da produção e o consumo, desde que os significativos melhoramentos nas rodovias brasileiras na época reduziram extraordinariamente os custos de transporte, — não foi difícil para as firmas externas

à região capturarem o mercado pretendido pelas firmas atendidas pelo Projeto Asimow. A cerâmica pôde apresentar uma melhor defesa para o ataque das firmas concorrentes. Pertencente a uma indústria que na época podia se classificar aproximadamente de indústria competitiva, no sentido estrito da produção de telhas e de tijolos praticamente indiferentes para o consumidor, ela não sofreu, portanto, o problema dos produtos diferenciados que podiam cativar o mercado local, via esforços de vendas. Restava às firmas concorrentes unicamente a competição via preço, sempre associada com algum componente de risco, principalmente para um mercado com características marginais como a região do Cariri. Dada esta maior afinidade entre o bem escolhido para a produção e uma firma iniciante, as dificuldades da cerâmica limitaram-se (embora não fossem de modo algum pequenas) àquelas de caráter administrativo e tecnológico. As gerências da fábrica souberam superá-las e a firma existe até os dias atuais, presentemente envolvida num processo de diferenciação de produtos e de expansão que inclui a montagem de uma subsidiária em Fortaleza.

Concluindo sobre o Projeto Asimow, ele apresentou uma trajetória um tanto contraditória em sua atuação na região do Cariri. Extremamente bem-sucedido em relação à capacidade de provocar impactos que motivassem a industrialização da região do Cariri, não obteve sucesso em preservar as conquistas realizadas em termos de implantações. Seu conteúdo inovador foi decisivamente obstruído pelo seu conceito de firma-modelo — excessivamente ortodoxo e apologético — inadequado para as condições vigentes, à época, na região do Cariri. Esta limitação foi o ponto de partida para a reflexão dos novos rumos do Projeto, que teria suas atividades reiniciadas em Sobral, em 1966.

5.2. O PROGRAMA UNIVERSITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO NORDESTE

Decidida a preservar o que havia de melhor nas idéias do Projeto Asimow e a combater os seus pontos fracos, a equipe de técnicos da UFC/BNB assume a partir de 1966 o comando das atividades do Projeto Asimow, renomeado para PUDINE. A região de Sobral foi a escolhida para novo centro das atuações do Programa em face das seguintes qualidades:

- a) era o segundo centro interiorano em importância econômica do Estado;

- b) possuía uma sólida tradição industrial, particularmente no setor têxtil, sendo sede de uma firma que havia iniciado suas atividades em 1880;
- c) semelhante à região do Cariri, era um centro cultural por excelência.

Enfim, um conjunto suficiente de qualidades para respaldar a entrada do Programa na região

A mudança principal do PUDINE em relação ao Projeto Asimow pode ser sintetizada numa única norma: flexibilidade.

Assim, ao invés de traçar destinos para a industrialização da região, de forma centralizada como fez o Projeto Asimow, o PUDINE colocou-se numa postura de administrador das potencialidades da região de Sobral, apontadas a partir da própria comunidade.

O primeiro passo neste sentido foi uma investigação detalhada da geografia e estrutura social da região. Desta investigação resultou a publicação de um extenso documento denominado “Relatório Sobral”.

O “Relatório Sobral” constituiu-se uma significativa contribuição para o estudo do planejamento estadual e regional. A iniciativa da equipe técnica do PUDINE de deslocar-se para a região de Sobral e proceder a um estudo que ultrapassava em muito os limites de uma avaliação econômica não tinha precedentes até então.

Fruto deste aprofundamento e atenção com as entidades e indivíduos, capazes de propor caminhos para implantações industriais, surgem três sugestões de projetos:

- a) firma beneficiadora de castanhas de caju;
- b) firma produtora de materiais de construção;
- c) firma produtora de leite pasteurizado.

Inicialmente, percebe-se que a lista de projetos de Sobral é menor, em quantidade, e propõe firmas inseridas em indústrias de cunho mais tradicional em relação à lista sugerida pelo Projeto Asimow. Isto se justifica, de certo modo, pelo relativo insucesso da última. Sendo assim, a

lista menor e mais adequada aos ramos tradicionais tornava-se, além de legítima expressão da comunidade sobralense, uma precaução necessária para evitar possíveis superdimensionamentos ou sugestões alheias às limitações da região.

Aproveitando o maior êxito isolado do implemento com a cerâmica, o Pudine patrocina um projeto semelhante: uma empresa de materiais de construção. Esperava-se com isto assegurar para a similar sobralense as mesmas vantagens advindas de uma indústria caracterizada pela concorrência indiferenciada, desestimulando, portanto, a competição por esforço de vendas, potencialmente perigosa quando praticada por firmas sediadas em outras regiões e atuantes há mais tempo no mercado.

A empresa beneficiadora de leite também apresentava uma poderosa barreira à entrada, construída pela própria natureza da matéria-prima utilizada. Altamente perecível, o leite beneficiado exigia altos custos de transporte, dificultando a competição pelas firmas instaladas fora da região.

Dadas as potencialidades e as proteções referidas, a firma local apresentou um bom desempenho desde sua instalação e até hoje prossegue as suas atividades.

A terceira implantação do PUDINE foi a firma de beneficiamento de castanhas de caju. Neste empreendimento a equipe técnica do PUDINE deu um salto qualitativo em relação à concepção do Projeto Asimow. Ao encaminhar um projeto relativo a uma firma que dirigiria praticamente toda a sua produção para mercados situados em outras regiões, o PUDINE quebrava uma espécie de tabu do Projeto Asimow, que sempre priorizava, chegando algumas vezes mesmo a superdimensionar o peso do mercado interno da região.

Esta incursão pelo terreno das firmas exportadoras nada tinha a ver com uma possível economia de enclave, gênero que se tornou relativamente comum a partir da segunda metade da década de sessenta, com o apoio dos incentivos dos artigos 34/18, pois o PUDINE limitava o controle deste empreendimento à capacidade de financiamento próprio dos acionistas locais.

A firma beneficiadora de castanhas teve bom funcionamento até a década de setenta, quando o seu controle acionário foi adquirido por uma concorrente sediada em Fortaleza, para logo depois ser desativada.

Por essa descrição, percebe-se o salto qualitativo do PUDINE em relação ao Projeto Asimow, também em relação ao sucesso na decolagem e manutenção de seus projetos. Não ocorreram, como no Projeto Asimow, desistências, tampouco capturas de mercado por competição. O caso atípico de aquisição da firma beneficiadora de castanhas de caju aconteceu justamente pelo bom desempenho da firma adquirida.

Para ilustrar a grandeza do PUDINE, em termos da magnitude das suas implantações, utiliza-se aqui uma outra base de comparações. De fato, não faz mais sentido comparar a atuação de um Programa patrocinado basicamente pela UFC em relação aos movimentos de implantação realizados em Fortaleza, quando se sabe, pelo exposto na seção referente à CODEC, que esta região metropolitana capturou praticamente todos os esforços da agência estadual de desenvolvimento industrial (e, por via indireta, também os esforços da SUDENE e do BNB) no sentido de acelerar a implantação de firmas no Estado.

Uma comparação que respeita o princípio dos movimentos de capital para industrialização no período 1966-69 é dada pela razão entre o valor dos investimentos em implantações ocorridas em Sobral e aquele ocorrido nos demais municípios do Estado, excluídos os da Região Metropolitana de Fortaleza. Para cada três cruzeiros investidos no interior do Estado, um se destinava a Sobral. Deve-se enfatizar que todas as implantações realizadas neste período, em Sobral, creditaram-se ao patrocínio do PUDINE, o que, por si só, é um atestado do papel preponderante do Programa para a industrialização da região. O impacto desta informação cresce ainda mais quando é lembrado o fato que as demais implantações interioranas (todas elas efetivadas na região do Cariri) foram um efeito retardado (direto ou indireto) da atuação do Projeto Asimow.

6. AS REPERCUSSÕES REGIONAIS E NACIONAIS DO ASIMOW/PUDINE

O Projeto Asimow e o PUDINE tiveram dois desdobramentos importantes para a expansão industrial de forma planejada: surgiram projetos similares patrocinados por outras universidades federais nordestinas; e, a SUDENE passou a dar maior atenção à pequena e média empresa.

A inovação do Projeto Asimow no Cariri fez com que três universidades federais decidissem implantar projetos calcados na mesma estrutura de ação. Assim, as Universidades da Bahia, Paraíba e Alagoas passaram

a contar com Projetos de Desenvolvimento Industrial nos moldes do Projeto Asimow. Os resultados alcançados pelos projetos, inspirados no Projeto Asimow, não se equipararam com os alcançados originalmente. Entretanto, suas atividades tornaram-se importantes no sentido de assinalar as regiões do interior da Bahia, Paraíba e Alagoas como plausíveis no aspecto da recepção de projetos industriais. Da mesma forma que o Projeto Asimow, os projetos das outras três Universidades tiveram uma tônica um tanto deslocada das limitações das regiões hospedeiras, mas, ao divulgarem o ideário industrializante, criaram motivações que foram aprimoradas mais adiante.

A SUDENE também se inspira no Projeto Asimow e no PUDINE quando instala o seu Departamento de Assistência à Pequena Empresa em 1967. As propostas do Departamento basearam-se em treinamento gerencial e assistência técnica às empresas, uma combinação creditada ao Projeto Asimow e aperfeiçoada pelo PUDINE.

Destas duas vertentes resultou uma terceira, representada pela criação dos CEAGs em todo o País. Iniciada a expansão regional do Projeto Asimow para os Estados da Bahia, Paraíba e Alagoas, através dos projetos referidos, a SUDENE, por via indireta, desde que assistia financeiramente aos projetos, passou a atuar de forma subsidiária nestes Estados no setor específico de assistência às pequenas e médias empresas. Adicionando a esta atuação a criação do seu Departamento de Pequena Empresa, estavam lançadas as bases para a criação dos NAIs (Núcleos de Assistência Industrial) que, inicialmente implantados nas capitais nordestinas, iriam funcionar, já sob a estrutura de CEAGs, em todo o País, com o propósito de assistir aos pequenos e médios empresários.

7. CONCLUSÃO

A repercussão causada pelo Projeto Asimow foi muito propícia, ao provocar nos empresários, tanto a nível estadual quanto a nível regional, o desejo de considerarem a região do Cariri como um espaço geoeconômico para instalação de novos projetos industriais.

O Projeto Asimow abriu um importante canal de comunicação entre a região do Cariri e a tecnoburocracia estatal, vinculação esta que certamente se revelou útil nas posteriores avaliações de projetos submetidas às agências de desenvolvimento (SUDENE, BNB e CODEC).

A experiência do Projeto Asimow, indiscutivelmente, deixou um resultado positivo, apesar das suas contradições diante da realidade da região do Cariri, como o problema da concepção de plantas superdimensionadas, pouca experiência da equipe americana etc.

O PUDINE também gerou um impacto satisfatório e apresentou dois traços marcantes que o diferenciavam do Projeto Asimow: o realismo e a simplicidade, que só puderam ser alcançados dado o longo período de instalação da equipe na região de Sobral na fase predecessora à formulação de projetos. Com isto, os projetos elaborados e implantados tiveram maior identidade com as condições locais.

Estes dois programas de desenvolvimento industrial serviram também para mostrar como a poupança gerada em uma microrregião pode ser utilizada de modo eficiente em projetos industriais, mesmo quando o acesso a subsídios estatais é difícil. Talvez por isso é que estes programas se espalharam por outros estados do Nordeste e despertaram na SUDENE o interesse mais intenso e claro a respeito do papel da pequena e média empresa.

Abstract: If, from a macro-perspective, industrialization policies in Northeast Brazil partially reduced regional inequalities; from a micro-perspective, they stimulated spatial industrial concentration in the metropolitan areas of the northeastern states. For this reason, each state established special subsidies and/or compensatory policies aimed at a more convenient spatial distribution of industry within the state. In this respect, Ceará state was the pioneer, implementing industrialization policies directed to the interior through Asimow's Project and the University's Program for the Industrial Development of the Northeast (PUDINE). The objective of this paper is to analyse this planned industrialization experience.

